REQUERIMENTO N°, DE 2024

(Do Sr. PASTOR EURICO)

Requer a realização de audiência pública para tratar do corte de verbas das Comunidades Terapêuticas pelo Ministério Do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública destinada a debater sobre a decisão do Conselho Nacional de Assistência Social, ligado ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) de retirar as comunidades terapêuticas da lista de organizações sociais e com isso o grande corte de verba.

- Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
- Representante do Conselho Nacional de Assistência Social;
- Representante da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas (CONFENACT);
- Representante do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD);

JUSTIFICAÇÃO

As Comunidades Terapêuticas são entidades privadas, sem fins lucrativos, que realizam gratuitamente o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, em regime residencial transitório e de caráter exclusivamente voluntário (espontâneo).





Há mais de 50 anos que as comunidades terapêuticas vêm desenvolvendo importantíssimo papel em nosso meio social. Além mais, são equipamentos da rede suplementar de atenção, recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas tendo papel importantíssimo no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), conforme lei 13.840/2019. Contudo, desde que o atual governo entrou, é clara a ânsia de estrangular as mesmas, os motivos, data vênia, são obscuros. É necessário que o governo tome mais medidas proativas para ajudar as famílias que estão sendo desestruturadas em decorrência do uso de substâncias ilícitas, principalmente, por meio do financiamento público, motivo precípuo desse requerimento.

Diante dessa situação absurda, é imperioso que o governo federal proponha uma solução econômica e viável de financiamento público, pois caso não aconteça, tais comunidades que ajudam tantas e tantas famílias poderão estar fadadas a extinção por causa desse cenário de destruição causado economicamente pelo atual governo. Portanto, é necessária a participação e oitiva dos representantes indicados, para que possa ser alcançada uma solução para essa situação.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta proposição.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2024.

Pastor Eurico

Deputado Federal





